

Ata da reunião da Comissão Própria de Avaliação da Fiocruz – CPA-Fiocruz

Dias 04 e 05 de outubro de 2016 | Sala 1007 do Prédio da Expansão – Fiocruz (RJ)

1º Dia – 04/10/2016

Aos quatro dias do mês de dezembro de 2016 foi iniciada a reunião da CPA FIOCRUZ que se estendeu até o final do dia cinco do mesmo mês. A reunião foi realizada nas dependências do Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz (CEE-Fiocruz), situado no 10º andar do Prédio da Expansão, em Manguinhos, Rio de Janeiro, contando com a presença da Presidente da CPA, Tânia Celeste Matos Nunes; Vera Lucia Kodjaoglanian, representante da gestão do ensino na Fiocruz; Lenice Gnocchi da Costa Reis e Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes, representantes dos docentes; Geisa Francisco da Silva e Maria Fabiana Damásio, representantes dos técnicos-administrativos; Alex Bicca Corrêa, como representante de alunos e/ou egressos dos cursos; José Ivo Pedrosa, representante das Instituições externas vinculadas à educação em saúde; André Luiz da Silva Lima, representante da sociedade civil organizada. Paulo Carvalho, assessor da VPEIC, participou como mediador. Inicialmente foram acordados os objetivos da reunião com todos os membros: atualizar informações sobre assuntos relacionados à avaliação institucional da Fiocruz, avaliar e debater a minuta da proposta do regimento interno da CPA e concluir a organização do Plano de Trabalho da CPA para o período 2017 e 2018. As atividades de 2016 que integram o primeiro esforço de planejamento da CPA também foram analisadas como “atividades realizadas”. Tânia Celeste noticiou a saída de Leda Zoraide, representante dos técnicos administrativos, por motivo de estudos e a substituição por Maria Fabiana Damásio. Após a apresentação geral iniciou-se a apresentação de Cláudio Oliveira, jornalista do ICICT encarregado da elaboração do site da CPA (em fase de criação). Na rodada de expectativas para a reunião, formulada pelos presentes, foi sugerido: construir projeto comum; apropriar-se dos elementos de planejamento e organização do trabalho; somar; dar mais um passo; avaliar e atender demandas do MEC, mas ir além na avaliação; envolvimento dos membros; assegurar a permanência desse trabalho. Os participantes manifestaram também o que esperavam realizar nessa primeira gestão, até março de 2018: contribuir para o aperfeiçoamento do ensino, olhando para a melhoria dos projetos

pedagógicos, sistematizando alguns padrões de qualidade para essas atividades; desempenhar esforços para que o cotidiano dos cursos absorvam as proposições formuladas; definir amplos campos onde se situam os cursos *lato sensu*; articular-se com os conselhos de secretários de saúde para divulgar o papel da CPA; construir um padrão de qualidade para o ensino e sensibilizar as pessoas sobre a importância da auto avaliação; difundir essa compreensão no interior das unidades; adotar inovações no conjunto das unidades, sem que se padronize as atuações, mas tendo princípios comuns; buscar o aperfeiçoamento das informações sobre os cursos *lato sensu*; trabalhar com matérias da CPA visando melhorar a qualidade do ensino na instituição e incentivando a formação de profissionais comprometidos com a política de saúde; promover avaliação periódica sobre conjuntura, contribuindo para repensar temáticas estratégicas a cada momento; buscar realizar auto avaliação, ter processo permanente de avaliação dos cursos, dos egressos, dos docentes, dos projetos pedagógicos, com vistas a ressignificar as ações da instituição como um todo, quando pertinente; criar cultura de auto avaliação, superando a visão de punição, reconhecendo mecanismos de avaliação já existentes; construir processos mais cooperativos relacionando o ensino com as políticas públicas; CPA como parceira da instituição Fiocruz. Atuação com autonomia, mas integrada; ter a comunicação como parte do processo de monitoramento das ações, mais do que como ferramenta; construir cultura de acompanhamento aos egressos. A Presidente da CPA se congratulou com o grupo pelo conjunto de sugestões, tecendo algumas considerações: na Fiocruz as atividades de monitoramento e avaliação são sempre coletivas, havendo, nesse momento de construção da CPA, a necessidade de separar o que são responsabilidades da CPA e da Vice-Presidência de Ensino Informação e Comunicação (VPEIC). Nesse espaço, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) será sempre instrumento norteador. A Comissão deverá ser vigilante nessa construção, sem perder a perspectiva de articular, mas cada uma das estruturas demarcando o seu espaço e os seus papéis. Há nas falas, atividades mais relacionadas ao cotidiano mas, também, embriões de grandes ideias de avaliação, que poderão mobilizar grupos institucionais tendo essas matérias como referência; escutar sempre a comunidade e aprender com suas experiências de avaliação, que são muitas, no interior das Unidades; essa interação e toda a mobilização realizada em 2016 deverá contribuir para que tenhamos algo singular, respeitando as diferenças, mas capilarizando as iniciativas identificadas; a Presidente ressaltou ainda que há uma aparente capilarização de temas ofertados pelas diferentes Unidades, no *lato sensu*, nas há especificidades que caracterizam os diferentes grupos e isso deve ser observado. Poderemos pensar em áreas estratégicas relacionadas à política, ao território, à gestão, questões ambientais, entre outros recortes; finalmente, a Presidente ressalta

que a fala dos colegas/membros incentiva a adoção de cooperação em contraposição à competição no desenvolvimento das formulações e orientações da CPA. O tema seguinte tratou do credenciamento institucional. Foi solicitado ao grupo que levantasse questões em relação aos documentos enviados previamente. Três grandes questões foram apresentadas: Se os cursos *lato sensu* já vinham sendo ofertados com sucesso pelas Unidades da Fiocruz, qual a razão para essa instituição ser credenciada como Escola de Governo? Outra questão colocada refere-se ao elenco de cursos ofertados pela Fiocruz após a graduação: O MEC entende que os cursos de especialização e as residências médicas e multiprofissionais integram o *lato sensu*. Porém, temos atualizações, aperfeiçoamentos, etc. Como o MEC encara esses cursos? Precisamos adotar alguma medida para regularizá-los? E um terceiro ponto que interroga se o credenciamento da Fiocruz com Escola de Governo é único para toda a instituição de fato? As questões foram respondidas por Paulo Carvalho e seguem descritas de modo sintético: Os certificados dos cursos Lato Sensu passaram a ser usados como mecanismos para evolução em várias carreiras de trabalhadores da Saúde; mudanças regulatórias criadas pelo Conselho Nacional de Educação passaram a impedir a oferta desses cursos por instituições que não fossem IES. A partir daí a Fiocruz necessitou regularizar sua situação e a solução mais rápida e eficiente, indicada pelo MEC, foi de reconhecer a situação da Fiocruz como Escola de Governo, por meio do credenciamento institucional, seguindo as orientações do Parecer CNE/CES nº 295/2013, desta forma regularizando todas as pendências das ofertas das várias unidades. As residências são consideradas especialização, mas possuem regulação específica. Embora sem conhecimento mais aprofundado, não temos informação se o MEC se preocupará em regular os cursos livres e de atualização. Sim, o credenciamento institucional da Fiocruz como Escola de Governo traz a regularidade da oferta lato sensu (especialização) realizada por todas as suas unidades, em modalidade presencial e a distância. A reunião prosseguiu e com vistas a uma reflexão e maior apropriação sobre as características e atribuições da CPA, Paulo fez uma apresentação visualizada sobre os conteúdos da Portaria 200/2016, da Presidência da Fiocruz, que institui a CPA-Fiocruz, esclarecendo antes o contexto em que o texto foi elaborado, inspirado na Portaria que criou a CPA da ENAP e considerando as legislações pertinentes e as especificidades da Fiocruz. A apresentação foi entrecortada por comentários de alguns participantes e, ao final, a presidente da CPA teceu suas observações, salientando que a prática do trabalho da CPA será orientada pelas definições da Portaria 200/2016 e que no futuro poderão ser feitos aperfeiçoamentos que apareçam como necessários. Dando sequência ao processo de apropriação da situação do credenciamento institucional pelos membros da CPA foram feitas apresentações dialogadas sobre o contexto e resultados da

avaliação externa. Primeiramente Paulo recuperou informações sobre a visita dos avaliadores do INEP e fez comentários globais sobre os resultados alcançados pela Fiocruz. Uma vez que os membros da CPA já haviam recebido previamente cópia do Relatório dos Avaliadores INEP, foi dado destaque apenas aos indicadores em que a Fiocruz poderá investir em melhorias, por ter obtido nota 3,0. Atenção maior foi dispensada ao juízo dos avaliadores de que a Fiocruz não atendeu a Requisito Legal 6.2 (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais). Assim, foi apresentada resposta encaminhada pela VPEIC à diligência da SERES sobre esta pendência, evidenciando aí as principais propostas da Fiocruz para sanar o problema. Em seguida, Paulo apresentou de modo mais detalhado os aspectos principais do Parecer Final da SERES/MEC, encaminhado ao CNE em 8/9/2016, uma vez que os participantes da CPA ainda não tinham tido acesso a esse documento, em que a SERES considera que a Fiocruz atende a todas as condições para receber o credenciamento institucional. Por fim, apresentou informe sobre a situação do processo de credenciamento, atualmente no CNE aguardando o parecer final para homologação e publicação pelo MEC. Para completar o quadro, a Presidente da CPA, Tânia Celeste fez comentários sobre as ações preliminares que vêm sendo desenvolvidas nesse quadro de credenciamento, destacando as discussões iniciadas na Sub Câmara Técnica de Ensino Lato Sensu para se apropriar das ações que a Fiocruz deverá produzir para seguir as orientações provenientes dos órgãos responsáveis pela avaliação externa. Também destacou algumas atividades já iniciadas pela secretaria executiva da CPA, relacionadas a articulações com áreas da Fiocruz para o andamento do trabalho. Aberto o debate sobre os conteúdos apresentados, além de alguns pedidos de esclarecimentos o grupo concentrou suas falas em analisar o contexto geral do país, com as alterações ocorridas nos órgãos reguladores, além de considerar o contexto interno da Fiocruz, em processo de campanha eleitoral pela renovação da presidência. Destacam-se alguns temas relacionados a seguir, como síntese desse momento: o acompanhamento do conjunto das prescrições a serem observadas pela Fiocruz e as mudanças que podem ocorrer nas políticas públicas. Devemos acompanhar com atenção e se ocorrerem alterações, avaliaremos e procederemos as adaptações; a proposta de credenciamento para 10 anos, formulada pela SERES, pode ser positiva, mas não devemos correr o risco de nos desmobilizar e não estruturar bem o trabalho de auto avaliação. Já foi iniciado um trabalho de entendimento com uma das Diretorias da SGTES sobre possibilidades de trabalhos em parceria com o Ministério da Saúde em torno de projetos que integram as nossas melhorias no ensino da Fiocruz. O Programa Mais Médicos foi renovado por mais 3 anos, por intermédio da UNASUS. Finalmente, nessa linha de temas mais abrangentes, os membros da CPA se pronunciaram sobre o significado do seu trabalho,

considerando que ele vai além da resposta institucional onde a avaliação formal e os projetos a serem formulados e implementados devem ampliar seu escopo, tendo sempre em perspectiva a melhoria do *lato sensu* na instituição Fiocruz. Outro momento da reunião recuperou-se a visão de cada um dos membros da CPA sobre avaliação. Foi proposta também a conversa sobre os entendimentos existentes no grupo sobre a ideia de “Avaliação”. Durante alguns minutos, em duplas, os participantes conversaram sobre a questão: “Como entendemos a avaliação que precisamos coordenar e produzir?”. O resultado do trabalho das duplas de cochicho está reproduzido sinteticamente a seguir: André e Vera: Monitoramento e avaliação (indissociáveis) – olhar processos formativos - tentar fazer 360º - ouvir todos os atores envolvidos; retornar como retroalimentação dos processos formativos; gargalo – tamanho/independência das unidades / CPA não pode ser polícia; 3 instrumentos: (1) Análise presencial; (2) Análise qualitativa (documentos); e (3) Survey. José Ivo e Lenice: Juízos sobre qualidade do LS com base no MEC e em outros aspectos da realidade; dispositivo de empoderamento pela instituição/participantes – ao ponto de ser transparente; capaz de apontar elementos para melhoria – feedbacks – com base em evidências; elemento estratégico de racionalização dos recursos. Maria e Geisa: Processo intencional de mudança; dimensões: (1) Normativa; (2) Estratégica/pertinência do objetivo do ensino – considerar Fiocruz mais como MS do que MEC (olhar crítico para os componentes da avaliação MEC). Fabiana e Alex: Norma MEC; avaliação incentivadora de qualidade – espaço agregador: 1 – participantes; 2 – Unidades; estratégia de identificação de problemas para aprender com eles e identificar potenciais; considerar as “ vaidades ” ao lidar com: como fazer a avaliação, como ser legítima e agregadora; CPA - papel político-estratégico - dimensão/importância do LS para a Fiocruz/SUS - lugar do LS na Fiocruz; mapeamento das estratégias de avaliação do LS na Fiocruz. Em sequência, Tânia apresentou comentários sobre o modo como a avaliação institucional na Fiocruz está caracterizada no PDI 2016-2020. De modo sintético lembrou os conteúdos tratados no item “Política de Avaliação Institucional” (páginas 87 a 92). Destacando a existência de inúmeros tipos e processos de avaliação realizados por áreas da Fiocruz, lembrou os exemplos que estão no texto: avaliação legal-administrativa, canais de escuta ao cidadão, relatório de auto avaliação da gestão Fiocruz, pesquisa de imagem e satisfação de gestores do SUS, pesquisa de reputação da marca Fiocruz, sistema de avaliação de desempenho, programa Fiocruz Saudável. No que tange ao ensino, pontuou a avaliação externa dos Programas Stricto Sensu (realizada pela CAPES), a avaliação externa recém-implantada para os Cursos Lato Sensu (realizada pelo INEP) e a previsão de auto avaliação institucional para o *lato sensu*, a ser coordenada pela CPA. Ficou registrado que estes são alguns exemplos, pois há ainda

outras avaliações sobre áreas de atuação da Fiocruz. Tânia sintetizou a caracterização da avaliação institucional da Fiocruz nos seguintes pontos: deve ser coordenada pela CPA; terá foco nos processos relacionados ao *lato sensu*; deverá considerar as experiências de auto avaliação já instituídas na Fiocruz e finalizou lembrando que a avaliação institucional tem duplo papel: por um lado, desenvolver a cultura de avaliação na Fiocruz; por outro lado, atender às normas regulatórias colocadas para os cursos *lato sensu*. A partir desse momento, foi iniciado o debate, no qual cada participante pôde comentar os aspectos que o instigaram. Seguem anotações sintéticas da conversa: Coordenando a auto avaliação, a CPA buscará construir sínteses do que a Fiocruz está de fato realizando, evitando se caracterizar como um tipo de avaliação externa, por isso terá que atuar na construção coletiva de critérios que reproduzam nossos valores e intencionalidades. Devemos estimular cada unidade a formular suas avaliações, considerando os indicadores do MEC, contando com nosso apoio e incentivo. Caberá a nós produzir sínteses das avaliações produzidas, não para comparar as unidades, mas para produzirmos uma leitura ampla da instituição como um todo. A atuação da CPA envolve um caráter normativo, mas o mais interessante é a intencionalidade de provocar mudanças nas estruturas, nas pessoas, nas metodologias. A CPA tem papel de dispositivo para provocar, nas unidades, rodas de conversa de auto avaliação, num primeiro momento mais livres, depois com maior sistematização, gerando um documento de avaliação sobre nós. O desafio será conseguir combinar isso com a atenção aos 44 indicadores cobrados pelo instrumento de avaliação. Teremos que saber combinar e fazer nossas leituras sobre os indicadores. Como garantir a capilaridade dos mecanismos de avaliação até as unidades? Ainda que as unidades devam ter autonomia para realizar suas avaliações, precisamos de uma estratégia de acompanhamento constante. Seria o caso de criar comissões locais de avaliação, para promover um diálogo e interlocução efetivos? Relembremos o Artigo 9º da Portaria 200 no qual o desenvolvimento da auto avaliação já apresenta esse caráter de sensibilização da comunidade, por meio de atividades planejadas, envolvendo reuniões, coleta de dados e análise de informações. Talvez extrapole o papel desta CPA, mas será necessário fazer pactuações com as unidades, de forma que todos nos submetamos aos critérios comuns que ficarem acertados, algo que tenha sido democraticamente construído. Lembrar que existem regras públicas a atender, considerando os recursos públicos investidos e o direito da sociedade em saber o que foi produzido. Retomemos as competências previstas para a CPA (artigo 3º da Portaria 200). Fica a dúvida se há processos/sistemas de avaliação para as áreas de pesquisa e produção. A avaliação na pesquisa está vinculada aos padrões estabelecidos pela Capes e agências de fomento, à política de publicações científica e à visão de avaliação entre pares. As métricas desse sistema estão sendo

questionadas, mas institucionalmente há algo definido. De fato, as Vice Direções de Pesquisa têm informações sobre quantidades, mas não sobre qualidade das pesquisas. Há uma crítica contínua à avaliação apenas quantitativa. Os Programas Stricto Sensu são avaliados predominantemente pelo indicador produção de artigos, e a questão dos docentes vai sendo deixada de lado. Acredito que a avaliação da pesquisa deveria ser qualitativa, fazendo sua relação com as políticas públicas ou com a melhoria de vida das pessoas, não apenas para escrita de mais um artigo. Estabelecer Portfolio de docente seria algo muito rico. A esperança é o caráter indutor da avaliação para gerar qualidade, essa é a intencionalidade do INEP. Isto quer dizer, na prática, que alguns cursos que não estiverem minimamente alinhados não vão caber mais na nossa oferta, inclusive por causa da avaliação externa. Preocupação em que a avaliação não seja algo burocrático a ser realizado num determinado mês, por isso a importância do espaço dos fóruns de governança. Mas como introduzimos nas rotinas das áreas de ensino nas unidades? Serão necessários critérios e elementos que todas unidades precisarão atender. Isso será negociado e pactuado. Haverá critérios que poderão ser opcionais, mas alguns terão que ser obrigatórios e legalizados. Talvez caiba à CPA ir a cada unidade criar um grupo que possa estar sempre falando desta necessidade. Que ensinemos e discutamos como avaliar. Um grupo coordenado por aqui, mas cada unidade precisa ter seus representantes. É preciso que conheçamos como as câmaras técnicas das unidades aprovam os seus cursos. Há diversas metodologias, instrumentos e dinâmicas que precisamos conhecer, ver o que estão pontuando. Nos processos das Secretarias Acadêmicas, há casos em que o coordenador, após o término do curso, demora de 2 a 4 meses para fechar os registros, gerando cobranças de egressos. Os instrumentos de avaliação não poderão ser relegados. Olhando na perspectiva da operacionalização do que seria “desenvolver cultura de avaliação” temos que pensar na institucionalização no âmbito da VPEIC: revisar os funcionamentos da CTE e sua periodicidade. Os princípios comuns precisam ser reforçados, precisamos de frequência maior de espaços de discussão, ou outros leques (oficinas de padronização de conceitos, de compreensão sobre o Lato sensu – como nasce um curso, etc). Estas responsabilidades são da VPEIC, com seu corpo técnico e diretivo, e não da CPA. A proposta de fazermos oficinas buscando padronizações e classificações dos cursos já apareceu em reuniões. Será ótimo adotarmos isso como forma de atuação para organizar essa dimensão. A utopia de a CPA dialogar com as dezenas de unidades é boa, mas entendo que nosso diálogo imediato e principal é com a VPEIC. Na conclusão desta rodada de discussões, Tânia pontuou que no segundo dia da reunião o grupo deverá pensar sobre as melhores estratégias a propor. Será necessário enfrentar práticas que já estão cristalizadas na habitualidade dos fóruns, e buscar construir

práticas bem diferentes. Mas para isso será necessária delicadeza, para que a CPA não apareça como querendo mandar nos outros, embora tenhamos que mostrar a importância deste trabalho, para além do *lato sensu*. Este trabalho deverá ser combinado entre sensibilizar as áreas (“a base”) e também trabalhar nas articulações com as direções. O trabalho ficará mais fácil se as unidades abraçarem a causa. O último momento do primeiro dia de reunião foi dedicado a iniciar a discussão sobre os temas relacionados ao funcionamento da CPA. Para iniciar a roda de conversa sobre o assunto, Paulo apresentou a questão: “Olhando para a situação do credenciamento, as atribuições e tarefas previstas para a CPA, e os desafios para a auto avaliação institucional, como podemos nos organizar para dar conta do nosso papel?” Alguns membros se manifestaram, opinando que a discussão sobre a forma de organização do coletivo da CPA deveria ser realizada após a definição de um plano de trabalho da CPA. No entanto, com a continuidade da rodada apareceram algumas ideias ainda genéricas sobre o assunto. Algumas notas das falas estão reproduzidas a seguir: Primeiro é preciso institucionalizar a CPA na VPEIC e também divulgar para todas as Unidades a existência da CPA, com um comunicado para todos; as competências da CPA já estão definidas na portaria; mas como será a nossa organização dependerá de nossa lista de tarefas; acho que devemos nos organizar fazendo um plano de trabalho, vai ajudar nesta organização do desenvolvimento do papel; para termos o plano necessário, precisaremos criar uma sistemática, um calendário de encontros presenciais e não-presenciais; utilizarmos as possibilidades do site a ser criado, com o apoio do pessoal de comunicação e TI. Lembrar que temos agendas complicadas, o que será um complicador e que também aqui não estão representadas todas as unidades; mesmo para nosso plano de trabalho precisaremos buscar o crivo da instituição, talvez na SubCTE-LS, para que ele seja o máximo inclusivo, para que nosso processo de trabalho esteja muito respaldado pela instituição, garantindo assim maior adesão; precisamos, de fato, antes definir o trabalho para pensar em estratégias. E considerar que enfrentamos dificuldades com a internet em algumas unidades fora do campus, o que às vezes dificulta a realização das reuniões não-presenciais. Mapeadas nossas tarefas, temos que criar estratégias para viabilizar encontros presenciais, talvez até bimestrais, e em outros momentos tentar usar o Skype ou webconferência; precisamos olhar para cada uma de nossas competências e, a partir delas pensar nas tarefas e no que temos que fazer no curto, médio e longo prazo e definir etapas de trabalho para cada uma. Por exemplo, para implementação de ações de sensibilização da comunidade Fiocruz, vamos antes mapear as estratégias de avaliação já existentes nas Unidades? Teremos que fazer também algumas definições “administrativas”, tais como quantos encontros a fazer, em qual formato. Poderia ser um encontro semestral presencial?

Para condução das atividades cotidianas, ver o que Tânia e Alex querem compartilhar conosco. E na esfera mais política, precisamos avaliar o momento: o que podemos fazer enquanto o processo eleitoral ocorre na Fiocruz? Vamos esperar o processo eleitoral e já ir fazendo outras coisas... por exemplo, mapeamento das avaliações (que já é uma ação extensa e trabalhosa); devemos reforçar os encontros virtuais, mas valorizando as reuniões presenciais, considerando, no entanto, algumas limitações econômicas levantadas na reunião; para nos organizar, temos que ver a atuação da SubCTE-LS, que é o espaço da VPEIC para as interlocuções. Pois é uma utopia achar que faremos por agora um diálogo amplo e irrestrito com todas as unidades; rodas de conversa não serão as técnicas priorizadas para isso, pois estamos no âmbito da CPA. Também é importante discutir o papel e peso da equipe técnica da CPA. O cumprimento das competências da CPA pode se dar mediante encomenda aos responsáveis pelas ações, ou pode ser de operacionalização interna de ações, caso haja capacidade. Após todos os membros falarem, Tânia teceu suas considerações acerca dos comentários feitos. Conforme combinado na programação do encontro, foi agregado nesse momento explicitações sobre o funcionamento da Secretaria Executiva da CPA e também as ideias de como se construir o Regimento Interno da CPA: quanto à Secretaria Executiva da CPA, já no período anterior à da visita dos avaliadores foi constituída a estrutura básica (sala e equipamentos) no Prédio da Expansão, que ainda precisa passar por uma reforma, estando prevista instalação de equipamento para videoconferência. Em termos comparativos com outras CPAs que estudamos, a nossa infraestrutura é boa. Temos limitações na equipe de trabalho. Contamos com apoio da Direh, no entanto não é fácil conseguirmos pessoas em prazos curtos. Além do apoio do Alex (que é bolsista, ex-aluno da Fiocruz e com experiência anterior na RedeEscola) contamos por um tempo com a contribuição do Marcelo Camacho, no entanto, ontem ele se desligou da equipe, afastando-se para conclusão de doutorado. Precisamos engrossar a equipe, mas provavelmente só conseguiremos alguém em substituição ao Marcelo em janeiro de 2017. Por isso, vamos precisar muito do apoio de vocês, em algumas porções (de acordo com a vocação de cada um) em tarefas relativas aos encaminhamentos que definirmos em nosso plano de trabalho. A título de exemplo, nas ações relacionadas às Secretarias Acadêmicas, talvez a Geisa, por ter experiência na área, possa nos ajudar. Temos tido apoio institucional. Além do suporte proveniente da própria VPEIC, recebemos o apoio do Centro de Estudos Estratégicos – CEE. Além de nos apoiarem em nossa reunião, cedendo sala e equipamentos, ofereceu-nos estrutura de auscultas para aplicação de questionários para consultarmos os segmentos sobre os diversos itens da avaliação. Eles podem nos ajudar nessa implementação. Ademais, o ICICT já se dispôs a nos ajudar nos processos de comunicação, responsabilizando o jornalista Claudio Oliveira

pela produção dos conteúdos do nosso site. Isso aconteceu tão logo Alex se reuniu com o pessoal da CCS e ICICT para encaminhar aspectos da política de comunicação da CPA, especialmente a criação do site. Sobre a elaboração de Regimento Interno da CPA, já fizemos estudo de regimentos de algumas CPAs de Universidades. Até escolhemos alguns como referência e começamos a construir uma proposta, porém entendemos que seria precipitado trazer para esta reunião, sendo necessário antes escutar as sugestões do grupo e em seguida fazermos algo mais elaborado. Então, em linhas gerais, a construção do Regimento passa por: (a) levantamento de sugestões dos membros – tem a ver com algumas das definições sobre nosso funcionamento; (b) elaborar e submeter a debate uma minuta de regimento; (c) aprovar o Regimento na CPA; (d) submeter o Regimento à homologação do Conselho Deliberativo da Fiocruz. Em seguida, Alex trouxe contribuições extraídas de subsídios para elaboração do plano de comunicação da CPA, centrados na questão da comunicação entre os seus membros. Os aspectos abordados por ele estão sintetizados a seguir: Criação de um site da CPA: Realizamos um estudo comparativo entre os sites das CPAs de diversas universidades, em seguida reunimo-nos com pessoal da CCS e ICICT e chegamos a um consenso de um modelo de site a ser criado para a CPA-Fiocruz. Segue o padrão Fiocruz e considera ideias de outros sites que visitamos. Claudio Oliveira, jornalista do ICICT, já se agregou à equipe técnica e cuidará da criação de conteúdo para o site. Criação de uma Comunidade Virtual de Aprendizagem ou Comunidade de Prática da CPA: baseada nas experiências dos cursos EAD (alguns aqui com experiência na área). Já criada no ambiente do Campus virtual. Poderemos disponibilizar documentos, criar fóruns de discussão, trabalhando de forma colaborativa a distância. Criação de um Grupo no WhatsApp: já criado e em operação, serve para agilizar a comunicação entre os membros da CPA e já ajudou na preparação desta reunião. Ressaltada a importância de que só sejam tratados neste ambiente de assuntos ligados à CPA, e quando se tratar de conversa com o coletivo. Disponibilização de documentos por meio do Google Drive: também já foi criado e enviado o link para os membros. Serve também para facilitar a colaboração na elaboração de documentos. Realização de reuniões e debates por meio de web conferência ou Hangout do Google: mecanismos que possibilitam aprofundar temas mais candentes ou urgentes, atualizar os membros da CPA sobre os processos relativos à auto avaliação institucional e outras ações que estejam em desenvolvimento pela Comissão. Esclarecido que a videoconferência tem a exigência de sala e equipamentos pré-instalados, enquanto a web conferência pode ser realizada diretamente utilizando o computador pessoal, com a vantagem de que a reunião pode ficar registrada. Uma vez que todos possuem e-mail do Google (Gmail), há a possibilidade do uso do Hangout para trabalhar colaborativamente. O Skype é bastante utilizado

por várias pessoas, de modo prático e fácil, mas possui o inconveniente de não garantir o registro dos encontros. Algumas pessoas fizeram comentários ou pedidos de esclarecimentos. Foi informado que, como ferramenta, o Campus Virtual Fiocruz ainda não é o veículo para os encontros virtuais do grupo. No entanto, tão logo seja possível, será importante que priorizemos o uso do CVF, para fortalecê-lo institucionalmente. Lembramos que a Comunidade de Práticas já foi criada no Campus Virtual. Tânia concluiu esse debate lembrando que o site somente terá vida se todos puderem contribuir com notícias, notas de leitura, etc. Os trabalhos do segundo dia da Reunião foram iniciados às 9h25 e concluídos por volta das 16h. Foi informada a ausência de Lenice Reis no período da manhã (avisada e justificada por mensagem na noite anterior) e a necessidade de Maria Auxiliadora se ausentar a partir das 15h30. Alex apresentou as funcionalidades do ambiente virtual criado para a CPA, dentro do Campus Virtual Fiocruz, indicando a forma de realizar o primeiro acesso. Conforme combinado no início da reunião, o segundo dia foi dedicado ao afunilamento de discussões para a elaboração do Plano de Trabalho da CPA. Para aquecimento e orientação do trabalho, Paulo lembrou alguns conceitos do planejamento estratégico, referindo-se ao Triângulo de Governo (Carlos Matus), cujos vértices são o Projeto de governo, a Governabilidade e a Capacidade. No primeiro dia, de certa forma estivemos olhando para todos esses aspectos. Ao pensar as competências e modos de atuação da CPA, a concepção de avaliação a implementar, o grupo olhou para seu horizonte de realizações, seu “projeto de governo”, que deve orientar todo o planejamento. Também houve aportes sobre a governabilidade: análise do contexto atual, onde estão os aliados e possíveis adversários. E também se falou sobre capacidade de governo, que inclui a análise do que existe quanto a recursos (equipe, suportes de estrutura, conhecimentos). Nesse fator também está o tempo, que é o período curto da gestão da CPA, na qual seus projetos serão implementados. E para definirmos os Projetos prioritários que comporão o Plano de Trabalho, foi lembrado o conceito de Projeto que se usa no planejamento: **Projeto** é um conjunto de ações/operações desenvolvidas por uma ou mais pessoa(s)/área(s) que colabora para o alcance dos objetivos da organização (no caso: CPA). Um projeto se caracteriza por: ser localizado numa área e/ou ser matricial; ter um nome simbólico forte; e ser delimitado no tempo (ter começo, meio e término). Após isso, foi colocado para o grupo a tarefa de discutir a questão: “Levando em conta tudo que conversamos no dia anterior e considerando o tempo desta gestão (mar 2018), que projetos precisamos implementar? Seguiu-se uma rodada em que todos contribuíram com suas ideias. Paulo fez anotações em cartelas com as ideias-resumo de cada participante. Tendo como referência as discussões acumuladas nos momentos anteriores e sempre se reportando às competências atribuídas à CPA e

seu papel no ciclo da auto avaliação, foi produzida uma primeira sistematização com a proposição de três Projetos, que englobam inúmeras ações a implementar: Projeto 1 – Implantação da CPA; Projeto 2 – Desenvolvimento da Auto avaliação; e Projeto 3 – Acompanhamento e Monitoramento do PDI e requisitos MEC. Antes de avançar em detalhamentos, foi considerado necessário explicitar que objetivos justificam a escolha de cada um dos projetos. De modo resumido, seguem as elaborações sobre os objetivos: Objetivo do Projeto 1 – Implantação da CPA: é requisito para a viabilização de todas as competências da CPA; visa garantir a apropriação institucional sobre o papel e significado da CPA no contexto da auto avaliação; envolve realizar a sensibilização, apresentação da CPA para a comunidade Fiocruz; Objetivo do Projeto 2 – Desenvolvimento da Auto avaliação: constituir fluxos para os processos relacionados a cada uma das competências da CPA (portaria 200); estruturar ações que ofereçam subsídios para a realização de processos avaliativos em todas as unidades da Fiocruz; Objetivo do Projeto 3 – Acompanhamento e Monitoramento do PDI e indicadores/requisitos MEC: necessário para dar cumprimento a competências previstas para a CPA e viabilização da auto avaliação institucional. Enquanto prosseguia a rodada de conversas e se afinavam as escolhas em três projetos, olhando para os objetivos que os justificavam, também foram sugeridas ações a implementar, assim como expressas preocupações a que a CPA deverá atender. O quadro a seguir reproduz as anotações realizadas pelo moderador em cartelas, afixadas e agrupadas na parede, para visualização. Não houve a preocupação em classificar rigorosamente cada um dos temas, apenas uma indicação inicial para o grupo focar seu olhar sobre as proposições e, a partir delas, buscar afinamento para os encaminhamentos a definir no curto tempo da reunião. Projeto 1 – Implantação da CPA: Precisar papéis/interfaces entre CPA e CTE; Regimento Interno da CPA; Integração formal com as Unidades (CPA Itinerante); Fóruns/encontros por Segmentos; Comunicar a CPA para a Comunidade; Legitimar o grupo da CPA; Oficina-Seminário com a SubCâmara Técnica do LS. Projeto 2 – Desenvolvimento da auto avaliação: Mapeamento das estratégias de avaliação adotadas por Unidades; Ações com gestores do Ensino (conhecimento); Atualizar o que tem de oferta LS; Envolver os atores operadores do Ensino; Integrar as SECAs; Como chegar aos Docentes. Projeto 3 – Acompanhamento/monitoramento do PDI/requisitos MEC: Atualização sobre o que temos de LS na Fiocruz; Visitas in loco – ver o que existe, mas principalmente mobilizar atores locais. Política de Informação e Comunicação: Transversal aos 3 projetos; Produção de materiais de informação e comunicação; Combinada com ações de mobilização (visitas, reuniões). Estando todos de acordo com esta classificação preliminar, antes de avançar nas conversas de detalhamento e encaminhamentos relativos a cada projeto, Paulo sugeriu que o Projeto 3 fosse

retirado da discussão a ser feita no dia, postergando seu detalhamento para próxima reunião. Com a concordância dos participantes, ficou definido que Paulo enviará – no prazo de um mês – um documento com subsídios para a CPA dedicar-se a esta discussão. Tal documento relacionará os aspectos mais importantes que a Fiocruz deverá atender no processo de avaliação externa e do conjunto de ações que estão propostas no PDI, cuja execução deverá ser acompanhada pela CPA, por se constituírem em elementos importantes para consolidação da auto avaliação institucional. Comentários dos participantes relacionados ao Projeto 1 – Implantação da CPA: O reconhecimento da CPA, a sensibilização, são ações que perpassam todo processo, é uma primeira fase, não um projeto em si mesmo. É de teor diferente do desenvolvimento da auto avaliação e do monitoramento-acompanhamento. O Projeto Implantação da CPA é de temporalidade mais curta, exigido por causa da complexidade da Fiocruz, com sua diversidade de formas de organização interna. Temos que zelar pelo cumprimento do PDI que construímos na Fiocruz. O trabalho da CPA não pode estar condicionado a uma interlocução prévia com a VPEIC/CGPG e à realização de reuniões da Câmara Técnica, em razão das dificuldades do período atual; podemos iniciar diálogos com as unidades, pois estas até já estão pedindo. Olhando o percurso de várias CPAs já consolidadas, fica evidenciado que a implantação inicial do trabalho de auto avaliação é sempre complexo e demorado. Tendo isso em conta e o tempo curto da gestão desta CPA (até março 2018), é preciso ver que nem todos os desafios levantados serão enfrentados plenamente no período. Exatamente por isso, o estudo de egressos deve ser iniciado logo, porém sem a expectativa de que tenha resultados concluídos no período; talvez cheguemos apenas a definir a modelagem da pesquisa, o que já será um avanço. Será necessário alertar o coletivo dirigente da Fiocruz sobre a importância de valorizar o funcionamento eficiente da CTE, que é fundamental para que aconteça a auto avaliação, pois a CPA não fará sozinha a auto avaliação. O trabalho de comunicação poderá ter papel importante na disseminação de explicações sobre o que é a CPA e também sobre o que é Escola de Governo e a razão do credenciamento institucional. No início da tarde, após breve recuperação sobre o percurso das conversas já realizadas, os participantes focaram suas preocupações no Projeto 2 – Desenvolvimento da Auto Avaliação, prosseguindo uma roda de intervenções livres: Podemos considerar que na situação atual já temos de forma não totalmente sistematizada avaliações sobre a situação da Escola de Governo Fiocruz, em relação aos fluxos, aos critérios mínimos. Ademais, o PDI representa um conjunto de “combinados” explícitos. E o instrumento de avaliação externa coloca-nos uma direcionalidade. Agora precisamos dar continuidade com a gestão global da Escola de Governo Fiocruz, olhar para aspectos gerais que existem para todos cumprirmos, tais como os relacionados aos Valores, aos

fluxos da gestão acadêmica, etc. Ainda não é hora de entrarmos em muitos detalhes, por exemplo, analisar os projetos pedagógicos dos cursos. Devemos conseguir definir um leque de juízos de valor da CPA sobre a instituição, vendo quais são os pontos frágeis. Por exemplo: o SIGA não adequadamente preenchido; cursos novos – onde estão? Para isso, precisamos ver a quem vamos comunicar nossas avaliações: ao MEC? Ao Presidente da Fiocruz? Aos Coordenadores do ensino? A referência ao Sistema de Gerenciamento do Ensino – SIGA levou o grupo a dedicar um tempo ao assunto, com várias observações apresentadas: É importante começarmos pelo geral, perguntando “por que a gente não consegue completar os dados do SIGA?”, realizar oficina para pessoas entenderem o sistema. O SIGA está em processo de reformulação – para além de capacitação direta sobre ele – é preciso criar mecanismos mais globais e reconhecidos. O SIGA é a base de dados gerenciais do ensino, que é fundamental também para o bom funcionamento do Campus Virtual, pois as informações do CVF são extraídas do SIGA. Estando permanentemente atualizado gerará atualizações automáticas no CVF. CVF se alimenta do SIGA. Dados (precários ou não) vão refletir a fragmentação existente hoje. São distintas plataformas dos cursos. Hoje cada SECA, de acordo com o nível do curso ofertado, tem um nível de acesso. A coordenação da Unidade tem senha de acesso distinta, com visão completa. Seria importante a gente se informar se a CPA teria uma senha – que limite ele tem? O gerenciamento de informações do ensino foi assunto muito valorizado no credenciamento. Existe uma comissão para acompanhamento da implantação do Novo Siga. Uma proposta é que representante da CPA (Geisa) mantenha conversa com essa comissão, em nome da CPA, assim como busquemos que seja permitido acesso ao sistema, para estudo e diagnóstico, a apoiar as análises e proposições da CPA. Foi sugerido também que a Vera Kodjaglonian seja parceira da Geisa nessa atividade, dada a sua experiência e afinidade com as tecnologias da informação e conhecimento de recursos adotados pela UNASUS que podem ser aproveitados em nossas construções. A proposta de ter uma análise melhor do SIGA e passar para a comissão toda é excelente, pois todos precisamos compreender isso melhor. O Siga é muito importante para o ensino, e esta é tarefa viável neste momento. Daí podemos pensar que ações propositivas apresentaremos para esse SIGA. Como serão acompanhadas as inovações no campo do ensino? Provavelmente o SIGA não servirá para isto. A Plataforma Arouca da Unasus propicia todos os acompanhamentos necessários, por isso não dá para entender que já se tenham passados 4 anos falando em Novo Siga e ainda não haja definição de quando estará ativo. Olhando para as competências da CPA, que estabelece cobranças (e apoio) referentes a melhorias, será que temos que adentrar em tarefas específicas, como a implementação do Siga? Às vezes o problema com o SIGA é mais de resistência do docente em utilizar a ferramenta; é

cultural. Nossa preocupação, quando falamos sobre a ferramenta, é que ela possa responder a muitas inovações. Há unidades nas quais o histórico do aluno não traduz inovações imensas que foram feitas no curso que ele fez... pois são criados para um padrão de disciplinas, notas e avaliação final. Temos que ter muito cuidado (ao criticar os docentes por não preencherem informações no SIGA). Escuto dos colegas que o pesquisador tem que fazer tudo, desde a pesquisa até a cotação da compra. É um trabalho insano e cada vez vem mais. A resistência do professor é porque ele também é pesquisador e tem muitas outras atividades. Temos que pensar bem nisso, para não criar mais arestas. Considerando o interesse pela discussão sobre o SIGA, Tânia lembrou que o PDI traz algumas propostas relativas ao assunto. A viabilização dessas propostas é de responsabilidade da Fiocruz, mas a CPA poderá colaborar, apresentando suas análises e processamentos. Ao final deverá informar em relatório o que foi feito para alcançar avanços nestes pontos. As propostas estão no Capítulo 9, página 189: “(7) Qualificar o registro das informações dos cursos lato sensu presenciais e a distância, aperfeiçoando os métodos de alimentação do sistema com as secretarias acadêmicas e coordenações de cursos, incluindo as Vice Direções de Ensino das Unidades. Período: 2016-2020. (8) Implementar Oficinas de Trabalho periódicas voltadas para as Secretarias Acadêmicas, coordenações de Cursos e Docentes, para sensibilização e capacitação sobre a importância e as funcionalidades do Sistema de Gerenciamento do Ensino (SIGA e Novo Siga). Período: 2016-2017-2018. (9) Implantar mecanismos de monitoramento da qualidade das informações do SIGA e o fornecimento de relatórios gerenciais sobre a oferta do ensino na Fiocruz, em apoio aos processos de planejamento da oferta formativa lato sensu. Período: 2016-2020.” Outra preocupação que perpassou as conversas em diversos momentos foi sobre a representatividade de cada membro da CPA e de como cada um poderá implementar ações e contatos com as unidades. Na conclusão se entende que os processos de aprofundamento de discussão coletiva na CPA sobre os temas a ela ligados – como esta 2ª reunião está caracterizando – habilita todos os membros a contribuírem com o trabalho. As discussões permitem a cada um compreender até onde podemos avançar em cada aspecto. A este propósito, ao final Tânia ponderou que iremos definindo as formas de atuar no próprio decorrer do processo, fazendo consultas entre nós sobre os diversos aspectos, pois seremos questionados em muitos aspectos que não saberemos de imediato como responder. Precisamos confiar no nosso coletivo, pois as pessoas foram escolhidas por sua maturidade, qualidade e grande compromisso com a qualidade do ensino. Assim, iremos afinando, convergindo para as decisões mais concretas. Outros comentários dos participantes: Precisamos identificar as pessoas chaves envolvidas com o LS nas unidades, para estabelecermos comunicação

com elas. A partir da experiência de levantamento de dados e informações para a construção do PDI, como podemos criar uma sistemática e fluxos para chegar de modo mais ágil – e que todos saibam os caminhos? Precisamos colocar para essas pessoas o conjunto das dimensões avaliadas pelo MEC, e, na sequência tratar também dos aspectos que gostaríamos de nos auto avaliar, o nosso “ir além” da avaliação exigida. Precisamos da escuta ampliada, pois não estamos só querendo cumprir formalidade de avaliação para o MEC: o que nós como Fiocruz achamos relevante ter como auto avaliação? Para desenvolver a auto avaliação, precisamos definir quais nossas primeiras ações: alguns diálogos a fazer... o que já foi feito em termos de levantamento? O que precisa ser comunicado e para quem? - Para ir pensando a mudança. Numa outra vertente precisamos responder: o que estamos nos propondo a fazer, para além do que já foi feito? Para isso teremos que dialogar com as unidades sobre avaliação: o que faremos para além do que está previsto na portaria? Para nos apresentarmos para a comunidade Fiocruz (projeto 1), precisamos devolver de forma mais sistematizada a avaliação externa que recebemos. E precisamos rever as propostas que estão no PDI à luz do que já fizemos e buscando o envolvimento dos outros atores. Não sendo possível elaborar propostas mais detalhadas e aprofundadas para a efetivação dos Projetos iniciais no tempo existente, foi combinado no grupo dedicar um tempo a discutir as melhores formas de encaminhar o trabalho, no estágio em que está, de forma que o Plano de Trabalho possa continuar sendo construído pelos intercâmbios a distância e que possa ser concluído na próxima reunião da CPA. Na rodada de discussão sobre os encaminhamentos, mais uma vez os membros problematizaram as dificuldades presentes no próximo período (eleições internas na Fiocruz e fim de ano) e reiteraram a necessidade de garantir a realização de atividades básicas, mantendo a mobilização em torno do trabalho do credenciamento e da auto avaliação institucional. Em razão do curto tempo para a conclusão dos debates, não foi possível afunilar com precisão todas as propostas a encaminhar. Neste relatório, com base no conjunto das intervenções anotadas, apresenta-se uma sistematização, a ser apreciada pelos participantes. Tal sistematização organiza o conjunto das sugestões que emergiram em quatro grandes blocos de ações, relacionadas a seguir. **Atividades internas de preparação e articulação da CPA:** Compromisso de imediatamente começarmos a frequentar e participar da Comunidade de Práticas da CPA, iniciando intercâmbios, com base no relatório desta 2ª reunião, para construção de definições mais precisas de nossa agenda de atividades. Alguns tópicos que já emergiram nestes dias foram: Discutir documento com subsídios sobre o Projeto 3 a ser enviado por Paulo até 05/11/2016; aprofundar entendimento sobre até onde vai a atuação da CPA (o quanto incorpora de trabalho operacional relativos a temas da gestão do ensino, tais como problemas do SIGA,

estudo de egressos, disseminação do PDI, entre outros); apropriar-se com mais clareza sobre os conteúdos do PDI e do PPP, pois teremos que trabalhar isso com as unidades; definir como preparar e realizar reuniões com as unidades e como qualificar nossa escuta; realizar estudo exploratório sobre a situação do SIGA, para um diagnóstico da situação, com vista à elaboração de propostas para a melhoria da qualidade das informações. Proposto que Geisa, com a contribuição de Vera, possa fazer esse primeiro levantamento para retorno ao coletivo da CPA. Fazer também consultas à Comissão de Acompanhamento à implantação do Novo Siga. A presidente da CPA deverá solicitar à VPEIC senha de acesso ao sistema para a Geisa e Vera; Implantar o site da CPA, com apoio do ICICT e CCS, e o compromisso dos membros da CPA em colaborar na alimentação de conteúdos; definir o melhor mecanismo para realização de reuniões a distância no período atual (webconferência? Hangout?) e preparar os membros para participação qualificada nesse mecanismo. **Definição do calendário geral de atividades da CPA:** O calendário definitivo deverá resultar de mais debate, por intermédio da Comunidade de Práticas da CPA; ficou aprovada a realização da próxima reunião da CPA no início de dezembro (semana de 5 a 9), preferencialmente com dois dias de duração. Pontos já indicados para discussão: Projeto 3 (Acompanhamento e Monitoramento do PDI e requisitos MEC); Proposta de Regimento Interno da CPA; Conclusão do Plano de Trabalho. Foi sugerido estabelecer reuniões ordinárias da CPA nos meses de março, junho, setembro e dezembro e intercalar com reuniões a distância (via internet), com compartilhamento de todos os materiais na Comunidade de Práticas da CPA. **CPA Itinerante e atendimentos de demandas:** Foi proposto que já se iniciem reuniões com Unidades. Tais reuniões visam manter a mobilização criada no processo de credenciamento, destinando-se a dar devolutivas sobre a avaliação externa, esclarecer dúvidas sobre o PDI e indicadores de avaliação, e ampliar a escuta às pessoas engajadas no Lato Sensu nas unidades. [Tendo em conta a situação das equipes, essas reuniões poderão ser com membros da CPA e VPEIC em atuação conjunta]. Sistematizar as questões que as unidades enviarem como consulta à CPA (por telefone, e-mail e presencial), visando a construção de um FAQ no site da CPA e a organizar e melhorar a atuação dos membros da CPA no suporte à Secretaria Executiva. **Interlocução entre a CPA e a VPEIC:** Aprofundar o entendimento sobre a relação entre VPEIC e CPA, buscando criar clareza entre as partes sobre as diferentes responsabilidades desses atores no que tange ao processo da auto avaliação; propor para a VPEIC avaliação sobre o funcionamento da Câmara Técnica de Ensino, sensibilizando-a para os novos desafios colocados para a gestão do ensino, decorrentes de todos os compromissos relacionados à implementação do PDI e demais aspectos relacionados aos indicadores de avaliação externa; demandar conversa com a Presidente que for eleita para a

Fiocruz, na qual representantes da CPA possam levar suas preocupações e demandas quanto à consolidação do processo de auto avaliação institucional e das interações com os fóruns de governança e VPEIC. (Se possível, a conversa deverá ocorrer em dezembro/2016); propor a realização de oficina-seminário da CPA com a SubCTE-LS. Ao final, foi feita uma rodada de falas em que cada participante comentou suas impressões sobre a reunião realizada. Apresenta-se a seguir, de forma bem sintética e com a aglutinação de falas similares dos participantes, os principais aspectos que foram destacados na avaliação: Em relação à produtividade e resultados da reunião, a maioria dos participantes relatou que foi bem produtiva, muitas atividades positivas, expectativas atendidas. Há uma certa frustração pela não concretização do Plano de Trabalho, mas há um entendimento de que o grupo precisa se conhecer mais. O grupo destacou que foram apontadas pistas e trilhas de como vai trabalhar, com mais clareza do papel como representantes de cada segmento da CPA. Maior clareza do papel aumenta o comprometimento e a identificação enquanto grupo. A reunião foi exercício para conter a ansiedade, reconhecer a complexidade de nossa ação e seguirmos construindo o trabalho. Em relação à metodologia da reunião, os participantes deram destaque à organização da reunião que foi ajudando a organizar as coisas que estavam dispersas, foram se ligando, e saímos com trilhas. Também referiram que a reunião foi bem conduzida, apesar da complexidade de temas, de pessoas diferenciadas e de pensamentos distintos. Foi observada uma sobrecarga de trabalho sobre o Paulo e sugerido que em próximas reuniões compartilhássemos mais as tarefas durante a reunião, definindo relatoria, quem apoia a moderação, etc. As estratégias de trabalho foram bem pensadas, as perguntas foram muito provocativas e fizeram a gente pensar e refletir sobre tudo e o envio de materiais prévios para leitura foi outro ponto positivo para o bom resultado da reunião. Em relação a auto avaliação os integrantes da CPA relataram o seguinte: “Estava meio perdido até agora, eu me encontrei mais nesta reunião, entrei nos trilhos, sei com mais clareza meu papel como representante. Como ganho, estou me apropriando mais do que será o nosso trabalho. Com as pistas para trabalhar, saio mais tranquilo e mais agoniado também, pelo volume e complexidade do trabalho pela frente”. “Muito contente em ter sido convidada, avaliação para mim é um norte para toda instituição”. “Saio bem animada para continuar no desenvolvimento destes trabalhos, do que for necessário”. No tocante ao grupo, foi descrito que todos estão muito comprometidos, e isso motiva a continuar o trabalho. “Estamos levantando os cuidados que precisamos ter com os colegas, como nos apresentamos como CPA, questões que foram além do programado para a discussão. Impressão de estarmos nos identificando mais como grupo, mais coesos e mais comprometidos. Criamos um ambiente com todos motivados e mobilizados para as coisas

acontecerem, para vermos fruto de nosso trabalho”. Ficou o “desejo de querer mais, de continuar conversando com vocês. Foi oportunidade de nos reconhecemos como grupo, começar a entender como cada um vê o processo de avaliação e daí avançar possibilidades”. Tânia Celeste fez a última fala na roda, fazendo algumas sínteses sobre as falas anteriores e também trazendo suas impressões: “Estes dois dias representaram um mergulho no que vimos buscando; de fato era impossível neste momento chegarmos a um plano finalizado. Claro que há muita ansiedade envolvida, pois os prazos estão correndo e as respostas precisam ser dadas em breve e com substância; não podemos perder a mobilização que aconteceu na instituição e também temos que dar resposta ao MEC. O método para a reunião foi pertinente. Agora espero que possamos, dentro da Comunidade de Práticas, processarmos os desdobramentos, ao mesmo tempo que acompanhamos a conjuntura se desenvolvendo e assim vamos acelerando algumas ações e desacelerando outras, conforme a análise de cada momento. Precisamos olhar para nossas propostas e definições e também para aquelas tomadas na semana passada pela SubCTE-LS, para ver as compatibilizações necessárias. Gostei muito de ontem, com processo bem reflexivo, cada um se colocando. Gosto da maturidade que todos os membros demonstram. Isto é importante pois a Fiocruz precisará ouvir nossas ponderações e teremos que ter a delicadeza e o cuidado para abordar as questões sem criar melindres com as pessoas e as unidades. A reunião foi exemplar e agradeço muito ao Paulo, com sua maturidade na condução da reunião. Tive um mês muito difícil (cirurgia, viagem, agendas de família) e tudo teve que ser organizado nesta semana passada, contando com esse jeito do Paulo, a minha paciência, o Alex processando. Sem isso não teríamos conseguido”. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada e eu lavro a presente ata que vai assinada por todos os presentes em lista anexa (lista de presenças da reunião). Alex Bicca. Rio de Janeiro, 05 de outubro de 2016.

